

7

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 9-23.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BATTINI, O.; COSTA, L. C. da. Estado e políticas públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: **SUAS – Sistema Único de Assistência Social em debate**. CIPEC. São Paulo: Veras, 2007.

BRANCO, F. Mínimos de cidadania e inclusão social: contributos para a análise do percurso e atualidade dos mínimos sociais em Portugal. In: **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 57-75.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRITO, S. R. de; MACEDO, M. de A. **Transferência de Renda: nova face de proteção social?** Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

BRITTO, L. de A. **Bolsa Família e as múltiplas facetas da pobreza: econômicas, sociais e política**. 2005. 140 f. Tese (Doutorado) – Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), Rio de Janeiro, 2008.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. In: **Ser Social 12: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília**. Departamento de Serviço Social. v.1, n. 1. p. 165-190. Brasília, SER Social UnB, 1998.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DRAIBE, S.; FONSECA, A. M.; MONTALI, L. Programas de renda mínima para famílias carentes: levantamento das experiências e metodologia de avaliação. In: LOBATO, A. L. M. (Org.). **Garantia de renda mínima: ensaios e propostas**. Brasília: IPEA, 1998.

FERNANDES, R. G. **Programa Bolsa Família (PBF): promoção ou cidadania?** 2006. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, 2006.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31&p...> Acessado em 6/03/2007.

<http://www.ijsn.es.gov.br/cartografia/mapas/jpg/RMGV.jpg>. Acessado em 08/12/2007.

<http://www.mds.gov.br>. Acessado em 02/12/2007.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia0501.asp>. Acessado em 02/12/2007.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. In: **Coletânea de Leis e Resoluções do Conselho Regional de Serviço Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2001.

LINHARES, F. **Bolsa Família**: um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (MDS). **Programa Bolsa Família**: Orientações para o Ministério Público. Brasília, 2005.

_____. **Bolsa Família**: agenda de compromissos da família. Brasília, 2006.

_____. **Bolsa Família**: manual de gestão de condicionalidades. Brasília, 2006.

_____. **Bolsa Família**: manual do Sibec (Sistema de Benefícios ao Cidadão). Brasília, 2006.

_____. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2006.

_____. **Práticas inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2006.

_____. **Programa Bolsa Família:** Guia de atuação. Das instâncias de controle social do Programa Bolsa Família. Brasília, 2006.

_____. **Programa Bolsa Família:** Guia do gestor. Brasília, 2006.

_____. **Programa Bolsa Família:** manual de gestão de benefícios. Brasília, 2006.

_____. **Perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.** Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, K. M do; PEÇANHA, P. G. **Programa de Transferência de Renda:** uma visão contraditória da mídia na construção do Programa Bolsa Família (PBF). 2006. 100 f. Monografia (Especialização) – Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, 2007.

PAES-SOUSA, R.; VAISTSMAN, J. (Org.). **Metodologias e instrumentos de pesquisa de avaliação de programas do MDS.** Bolsa família, assistência social e segurança alimentar e nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). 2006.

PAIVA, B. A. de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In: **Serviço Social & Sociedade 87.** São Paulo, ano XXVI, 2006. p. 5-24.

PASTORINI, A. Intervenções públicas para atender a pobreza e o assistencialismo na Era FHC. **Ser Social 12:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. v.1, n. 1. p. 191-220. Brasília, SER Social UnB, 1998.

PAUGAM, S. **Desqualificação social:** ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A assistência social na perspectiva dos direitos:** crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem estar. In: **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMANN, M. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Atlas da exclusão social: os ricos no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo**. vol. 4. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
SILVA, M. O. da S. e; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, M. O. da Silva. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Programa Bolsa Família (PBF). Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em 02/12/2006.

SPOSATI, A. Conjuntura da assistência social brasileira. In: **Cadernos ABONG**. nº 19, outubro 1997.

_____. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In: **Serviço Social & Sociedade** 87. São Paulo, ano XXVI, 2006. p. 96-122.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, V. s. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil, In: **Programa de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. São Paulo: Instituto Polis, 1998.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. O social no contexto da globalização. In: **Debates sociais**. Ano XXXIX. n. 63/64. Rio de Janeiro: 2004. p. 25-34.

ANEXOS

Anexo 1**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Através deste documento você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa sobre o Programa Bolsa Família (PBF) que tem como objetivo geral identificar e analisar os significados do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as famílias atendidas pelo CRAS IV Novo Horizonte, no município de Cariacica (ES). Neste sentido, a mesma busca identificar qual é a importância e o significado da transferência de renda do PBF para as famílias incluídas no programa e quais seriam as possíveis mudanças ocorridas na realidade familiar após sua inclusão no programa. Além disso, consistirá em uma Dissertação de Mestrado ao Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio).

No que tange as técnicas de coletas de dados, serão aplicadas entrevistas semi-estruturadas com roteiro. É relevante apontar que as entrevistas serão gravadas, transcritas e posteriormente, analisadas pela pesquisadora.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

“Eu, _____ portador do RG _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pela pesquisadora e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também que a cópia deste termo permanecerá arquivada com a pesquisadora responsável por esta pesquisa”.

Cariacica (ES), ____ de _____ de 2007

Assinatura do Declarante

Anexo 2
ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) Como você ficou sabendo da existência do Programa Bolsa Família (PBF)?
- 2) Como você fez para entrar para o programa?
- 3) Quantos filhos você tem e qual a idade deles?
- 4) Quanto tempo recebe o benefício?
- 5) Você tem conhecimento sobre as condicionalidades do programa (obrigações que vocês devem cumprir para continuar a receber o benefício)?
- 6) Você faz acompanhamento do(s) seu(s) filho(s) na escola? Vai a reuniões? Conversa com os professores?
- 7) Em relação à saúde: Leva seu(s) filho(s) para vacinar e pesar?
- 8) Você tem alguma dificuldade em estar cumprindo com as condicionalidades do programa? Quais seriam as dificuldades?
- 9) Quanto recebe de benefício? Dá para fazer alguma coisa com esse dinheiro?
- 10) Qual a vantagem que você vê em estar recebendo esse benefício?
- 11) Em relação ao cartão, você já tinha utilizado algum outro tipo de cartão antes?
- 12) A senhora tem dificuldades em utilizar o cartão? Consegue guardar a senha ou como faz para saber a senha?
- 13) Já perdeu o cartão alguma vez ou estragou o mesmo?
- 14) Pensando na sua família e na sua vida antes de receber o bolsa família, o que a senhora acha que mudou depois que começou a receber o benefício?

Anexo 3**LISTA DE LEIS, NORMAS, PORTARIAS E DECRETOS REFERENTES AO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.** Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, 2001.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09/01/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006.** Atualiza os valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza, no âmbito do Programa Bolsa Família. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007,** Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 6.392, de 12 de março de 2008,** Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008.** Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Normativa MDS nº 1, de 20 de maio de 2005.** Divulga orientações aos municípios, Estados e Distrito Federal para constituição de instância de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e para o desenvolvimento de suas atividades. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional Conjunta Senarc/MDS – Secad/MEC Nº 01, de 15 de agosto de 2007.** Divulga aos gestores municipais do Programa Bolsa Família procedimentos para encaminhamento dos inscritos no CadÚnico às ações de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 01, de 14 de março de 2006.** Divulga aos municípios orientações sobre operacionalização da integração entre o Programa Bolsa família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no que se refere à inserção, no Cadastro Único, das famílias beneficiárias do PETI e famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional Conjunta Senarc-SNAS/MDS nº 02, de 31 de julho de 2007,** Divulga procedimentos operacionais para o cadastramento de idosos com 60 anos ou mais, com renda individual mensal igual ou inferior a 2 salários mínimos e sem meios de comprovação de renda, para emissão da Carteira do Idoso. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional nº 15, de 13 de dezembro de 2006.** Divulga aos Estados e Municípios orientações sobre os procedimentos para credenciamento de usuários ao Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional nº 16, de 11 de janeiro de 2007.** Reeditada em 26 de fevereiro de 2007. Divulga procedimentos operacionais para a concessão do desconto da tarifa social de energia elétrica para unidades domiciliares com consumo médio mensal situado entre 80kWh e 220 kWh (ou o limite regional). Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional nº 17, de 16 de abril de 2007.** Divulga procedimentos operacionais para o Cadastramento de estudantes do ensino fundamental de 9 anos no Cadastro Único de Programas Sociais. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional nº 18, de 15 de maio de 2007,** Divulga auditoria realizada por meio da comparação entre as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional nº 19, de 1º de agosto de 2007 (revisada).** Divulga os procedimentos e as orientações para a correta utilização do arquivo denominado "Base CAIXA", disponibilizado aos municípios para importação pelo aplicativo *off-line* no caso de perda total ou parcial de sua base local. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 1, de 19 de maio de 2004.** Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 10, de 31 de agosto de 2005.** Divulga orientações e procedimentos operacionais aos municípios e esclarece sobre procedimentos utilizados pelo Governo Federal para marcação de domicílios ativos e inativos no Cadastro Único. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 11, de 22 de novembro de 2005.** Divulga auditoria realizada sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 12, de 3 de fevereiro de 2006.** Divulga aos municípios orientações sobre a repercussão automática de alterações cadastrais do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 13, de 20 de abril de 2006.** Divulga os critérios utilizados para o processamento do bloqueio dos benefícios dos Programas Remanescentes com base no CADBES e orienta as Prefeituras acerca da complementação dos dados e do desbloqueio dos benefícios. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 14, de 10 de agosto de 2006.** Divulga auditoria realizada sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 4, de 14 de fevereiro de 2005.** Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 5, de 15 de fevereiro de 2005.** Divulga procedimentos operacionais aos municípios para importação de base cadastral do Cadastro Único. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 7, de 20 de maio de 2005.** Divulga aos municípios instruções sobre procedimentos operacionais para o tratamento de eventuais inconsistências nos dados do Cadastro Único, publica os novos critérios de validação dos registros desse cadastro, e define orientações para análise e validação dos resultados da comparação dos dados de renda do Cadastro Único com os da Relação Anual de Informações Sociais de 2003. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 8, de 20 de junho de 2005.** Divulga auditoria realizada sobre as folhas de pagamento dos programas de transferência de renda do Governo Federal, assim como orientação aos municípios para tratamento de casos de multiplicidade cadastral. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional SENARC/MDS nº 9, de 05 de agosto de 2005.** Divulga instruções sobre os procedimentos operacionais necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais, orienta os gestores e técnicos sobre a designação do gestor municipal do Bolsa Família e a formalização da Instância de Controle Social do Programa, e especifica a documentação a ser anexada para fins de comprovação das medidas adotadas. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional Senarc/MDS Nº 20, de 14 de dezembro de 2007.** Divulga aos municípios orientações sobre o preenchimento das informações referentes aos novos campos constantes na versão 6.0.5 do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do CadÚnico. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional Senarc/MDS Nº 21, de 29 de fevereiro de 2008 (Reeditada).** Divulga auditoria realizada por meio da comparação entre as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (DF). **Instrução Operacional Senarc/MDS Nº 22, 25 de julho de 2008.** Divulga procedimentos operacionais aos municípios para acesso à Central de Sistemas da Senarc. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Instrução Operacional Senarc/MDS Nº 23, de 31 de julho de 2008.** Divulga aos municípios orientações para a substituição de Prefeito, Prefeitura, Gestor Municipal e de Instância de Controle Social (ICS) do PBF e procedimentos para alteração de seus dados cadastrais, bem como os procedimentos para o Acesso Sistema de Gestão Integrada (SGI). Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003.** Cria o Programa Bolsa família e dá outras providências (convertida na Lei nº 10.836, de 09/01/2004). Brasília, 2003.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências. Convertida na Lei nº 6.135 de 10 de junho de 2008. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 532, de 3 de novembro de 2005.** Define regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa-Família e dos Programas Remanescentes. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 148, de 27 de abril de 2006.** Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 232, de 29 de junho de 2006.** Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005.** Aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família, à designação dos gestores municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.** Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos municípios, Estados e Distrito Federal, destinados à implementação e desenvolvimento do Programa Bolsa Família e à manutenção e aprimoramento do Cadastro Único de Programas Sociais. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 454, de 6 de setembro de 2005.** Altera os artigos 6º, 7º e 8º, modifica o Anexo I e cria os Anexos II e III da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005.** Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005.** Estabelece normas e procedimentos para a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 660, de 11 de novembro de 2004.** Autoriza, em caráter provisório, os Comitês Gestores do Cartão Alimentação e os Conselhos Municipais de Assistência Social a realizar o controle social do Programa Bolsa Família. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005.** Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 672, de 29 de dezembro de 2005.** Altera prazos fixados nas Portarias GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 e GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005, e estabelece critérios para remuneração no Cadastro Único das famílias beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Brasília, 2005.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 68, de 08 de março de 2006.** Altera prazos fixados nas Portarias GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 e GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MDS nº 737, de 15 de dezembro de 2004.** Regulamenta o Benefício Variável de Caráter Extraordinário do Programa Bolsa Família. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria GM/MS nº 2.246, de 18 de outubro de 2004.** Institui e divulga orientações básicas para Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, no âmbito das ações básicas de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, em todo território nacional. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17/11/2004.** Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de educação relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família dos Programas Remanescentes. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria Interministerial MS/MDS nº 2.509, de 18/11/2004.** Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria nº 176, de 18 de maio de 2007.** Altera a Portaria nº 532, de 3 de novembro de 2005, para definir novas regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria nº 220, de 25 de junho de 2008.** Altera a Portaria GM/MDS nº 148, de 27 de abril de 2006, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família - PBF e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa - IGD. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria Nº 256, de 18 de Julho de 2006.** Altera dispositivos da Portaria nº 148, de 27 de abril de 2006. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria nº 287, de 07 de agosto de 2007.** Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria Nº 380, de 12 de Dezembro de 2006.** Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005. Brasília, 2006.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria nº 416, de 14 de novembro de 2007.** Altera os arts 1º e 2º, caput e § 2º da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005. Brasília, 2007.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria nº 66, de 04 de março de 2008.** Altera a Portaria GM/MDS nº 148, de 27 de abril de 2006, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família - PBF do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico no âmbito dos municípios e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria nº 76, de 07 de março de 2008.** Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos estados ao Programa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e para o apoio à gestão estadual desses programas. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria nº 87, de 12 de março de 2008.** Autoriza a realização do Segundo Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família, aprova o seu edital e institui o Observatório de Boas Práticas de Gestão do Programa Bolsa Família. Brasília, 2008.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Portaria SENARC/MDS nº 1, de 3 de setembro de 2004.** Disciplina as ações voltadas ao desenvolvimento, aplicação e aprimoramento da metodologia-padrão construída para instrumentalizar, as atividades de fiscalização, acompanhamento e controle da execução e gestão local de programas municipais e estaduais, apoiados financeiramente pela União, do Programa Bolsa Família. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, 2004.